

Dívida dos Estados: um recuo do governo.

Ru Blue

O governo começa a recuar na questão do pagamento da dívida externa dos Estados em 1989. Ontem, o presidente José Sarney abandonou os inflexíveis 25% exigidos no Orçamento da União e apresentou ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, outra proposta: um novo percentual, a ser estabelecido numa graduação que corresponda ao total devido. Para débitos de até US\$ 300 milhões, permissão de rodar 100% da dívida; de US\$ 300 milhões a US\$ 500 milhões, 90%; entre 500 milhões e 1 bilhão de dólares, 80%; acima de US\$ 1 bilhão (caso único de São Paulo), permanece a rolagem de apenas 75% (exigência que não é aceita pelo governador Orestes Quércia).

Sarney passou o dia totalmente ocupado com o assunto. Pela manhã, recebeu no palácio o deputado Cid Carvalho; à tarde, manteve contatos, por telefone, com os governadores, para sentir a receptividade.

Depois da conversa com Sarney, o deputado Cid Carvalho reuniu-se, na Comissão de Orçamento, com o deputado Ulysses Guimarães, que presidirá hoje o encontro com os governadores para discutir o assunto. Ontem, já houve uma discussão preliminar: secretários da Fazenda de 16 Estados estiveram no Congresso, onde se reuniram, durante quatro horas, com os integrantes da Comissão de Orçamento.

Ulysses Guimarães não recebeu bem o novo esquema, que se transformou em tema principal das conversas entre parlamentares, no meio da tarde, por sua influência política na reunião de hoje. O critério deve ser único, senão fica difícil dar certo, disse o presidente da Câmara. Alguns parlamentares ligados a Ulysses preferiram falar com mais clareza: a fór-

mula de Sarney joga os governadores uns contra os outros, divide o grupo no momento da reunião.

Para Cid Carvalho, o governo, ao recuar dos 25% que os Estados consideram insuportáveis, entendeu que o problema era não só rolar a dívida, mas evitar o caos. A idéia do presidente Sarney, informou, é fazer uma diferenciação conforme a realidade, citando como exemplos a situação dos Estados do Nordeste, cuja dívida, se rolada integralmente, não causaria grande impacto no Orçamento da União.

Mas há o problema de São Paulo. Para este, a proposta de Sarney não traz nenhuma vantagem: continua a exigir o pagamento de 25% da dívida. O próprio governo reconhece que manter a exigência deixaria São Paulo em situação de insolvência administrativa. O deputado Cid Carvalho sentiu, na conversa com Sarney, que o governo pode admitir até um entendimento bilateral no caso de São Paulo.

A opinião de Gandra

Para o jurista Ives Gandra da Silva Martins, o pacote do ajuste fiscal proposto pelo governo ao Congresso exige "sérias correções". O jurista entende que o pacote, ao estabelecer nova contribuição social — 8% sobre o lucro líquido de todas as empresas e 12% dos bancos — mais uma vez se torna inconstitucional: desrespeita o artigo 195, parágrafo 4º, que se reportando ao artigo 154, inciso 1º da Constituição declara que toda e qualquer nova contribuição não poderá ser cumulativa nem tampouco incidir sobre fato gerador já tributado por outros impostos. "Como sobre o lucro das empresas já incide o imposto de renda, essa nova contribuição, feita sobre uma mesma base de cálculo, se torna, portanto, cumulativa e inconstitucional", opina Gandra Martins.